



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LUCIELE CAROLINE RODRIGUES PEREIRA

**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
ALFABETIZADORES: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES**

São Carlos

2024

LUCIELE CAROLINE RODRIGUES PEREIRA

**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
ALFABETIZADORES: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado na disciplina TCC II, como exigência para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, sob orientação da professora Dra. Maria Iolanda Monteiro.

São Carlos

2024

LUCIELE CAROLINE RODRIGUES PEREIRA

**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
ALFABETIZADORES: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado na disciplina TCC II, como exigência para obtenção de título de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, sob orientação da professora Dra. Maria Iolanda Monteiro.

Orientador(a)

Dr. (a) Maria Iolanda Monteiro
Universidade Federal de São Carlos

Examinador(a)

Dr. (a) Ana Paula Gestoso de Souza
Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTO

Para que esse trabalho fosse realizado, contei com a força e o apoio de muitas pessoas que estiveram presentes durante toda a minha graduação e durante toda minha vida, que sempre me impulsionaram e acreditaram em mim e estiveram ao meu lado.

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida, por nunca me desamparar e por fazer com que eu sinta sempre sua presença perto de mim, agradeço a Nossa Senhora Aparecida por sempre interceder por mim.

Agradeço aos meus pais, Maurício e Tereza, que nunca mediram esforços para me ver bem, e que mesmo que eles não tenham tido a oportunidade de se formarem nunca deixaram de me apoiar e de me incentivar a ir atrás do que fazia sentido para mim.

Agradeço aos meus irmãos, Lucélia e Luciano, que desde sempre me apresentaram as melhores coisas da vida, que foram e sempre serão minha maior inspiração de vida, meu colo e minha luz. Aos meus cunhados, Rodrigo e Luciana que sempre se fizeram presentes na minha vida torcendo pelo meu sucesso.

Agradeço aos meus sobrinhos, Maria, Lis, Elisa e Ravi, que são a maior alegria da minha vida, e durante todo o período da graduação foram a minha maior fonte de força para continuar indo atrás do meu sonho, mostrando para cada um que eles também podem ir sempre atrás daquilo que faça sentido para eles.

Agradeço a toda a minha família, a todos os meus tios e primos que também acompanharam minha trajetória desde a entrada na faculdade até a escrita deste trabalho e que sempre vibraram por cada uma das minhas conquistas.

Agradeço as amigas que fiz durante esse processo, Gabrielly, Marcela, Gabrieli, Emily, Maria Clara, Loara, Maria Eduarda e Luis Gustavo que sempre ouviram minhas angústias e contribuíram para que esse período se tornasse mais leve e divertido, sem essas amigas teria sido impossível chegar até aqui.

Agradeço às minhas amigas da vida, Isadora, Gabrielle e Líria, que mesmo de longe nunca deixaram de me apoiar e de se fazerem presentes na minha vida durante esse período.

Agradeço a todas as professoras que tive o prazer de conhecer durante a minha trajetória na graduação, a todas as escolas que me acolheram para fazer estágio e enriquecer minha formação.

Agradeço de maneira especial a Profª Drª Maria Iolanda Monteiro, que desde 2020 com a minha entrada no PIBID se fez presente na minha trajetória acadêmica, agradeço pela acolhida, pela paciência e pela parceria, muito obrigada!

RESUMO

Essa pesquisa traz as contribuições e os desafios das políticas públicas de formação continuada de professores no Brasil, o tema foi escolhido pensando nas dificuldades que estão presentes no processo de alfabetização e letramento no Brasil, e em como a formação continuada dos professores pode contribuir para que esse desafio fique cada vez menor, possibilitando que os professores alfabetizadores possam estar sempre atualizados em relação a métodos pedagógicos e currículo pensando sempre em aumentar a qualidade do ensino dos alunos. Esse estudo traz como objetivo geral refletir sobre a importância da formação continuada na rotina dos professores e como essa prática pode auxiliar o professor a tomar decisões e a dar segurança para enfrentar os desafios presentes no processo de alfabetização, também temos a intenção de discutir as políticas públicas de formação continuada de professores presentes no Brasil. Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa de análise bibliográfica, foi realizado um levantamento bibliográfico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir desse levantamento, foram selecionados trabalhos de pós-graduação relacionados com o tema proposto. Em um primeiro momento foi apresentado o histórico nacional de políticas públicas de formação continuada de professores alfabetizadores, com o intuito de discutir o surgimento e as características de cada política implantada nos últimos anos, em seguida foi destacado como a formação continuada de professores alfabetizadores aparece nas diretrizes curriculares e na base nacional comum curricular. Posteriormente, foi realizada uma análise, a partir do levantamento bibliográfico, destacando as contribuições, os desafios e as sugestões das políticas públicas que foram mencionados pelos pesquisadores durante a pesquisa de cada um. Para tanto, a pesquisa destacou como as políticas públicas de formação continuada de professores alfabetizadores estavam diretamente ligadas a avaliações nacionais e também em pontos que devem ser destacados ao pensar em políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Formação continuada, professores alfabetizadores, políticas públicas.

ABSTRACT

This research presents the contributions and challenges of public policies for the continuing education of teachers in Brazil. The topic was chosen considering the difficulties present in the literacy process in Brazil, and how the ongoing training of teachers can contribute to reducing these challenges, enabling literacy teachers to stay updated on pedagogical methods and curriculum, always aiming to increase the quality of student education. The general objective of this study is to reflect on the importance of ongoing training in teachers' routines and how this practice can help teachers make decisions and provide them with confidence to face the challenges present in the literacy process. We also intend to discuss public policies for the continuing education of teachers in Brazil. To carry out this work, a bibliographic analysis was conducted, including a survey of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Based on this survey, postgraduate works related to the proposed theme were selected. Initially, the national history of public policies for the continuing education of literacy teachers was presented, aiming to discuss the emergence and characteristics of each policy implemented in recent years. Subsequently, the ongoing training of literacy teachers was highlighted in the curricular guidelines and the national common curricular base. Later, an analysis was conducted based on the bibliographic survey, highlighting the contributions, challenges, and suggestions of the public policies mentioned by researchers during each phase of the research. The research emphasized how public policies for the continuing education of literacy teachers were directly linked to national assessments and also to key points to be considered when thinking about educational public policies.

Keywords: Continuing education, Literacy teachers, Public policy.

SUMÁRIO

1 Introdução	102 Metodologia
143 Políticas públicas de formação de professores alfabetizadores	
213.1 Histórico da formação continuada de professores da educação básica no Brasil	
213.2 A formação do professor alfabetizador a partir da DNC e da BNCC	
344 Contribuições de trabalhos de pós-graduação em relação às Políticas de formação continuada de professores.	384.1 Características das políticas públicas de formação continuada de professores
404.2 Dificuldades e fragilidades das políticas públicas de professores	424.3 Sugestões para pensar em políticas públicas
	445 Conclusão
	496 Referências
	52

1 Introdução

O seguinte Trabalho de Conclusão de Curso traz como tema da pesquisa “Políticas de formação continuada de professores alfabetizadores: desafios e contribuições”, a partir de vivências ao longo do curso de graduação foi observado como a alfabetização e o letramento em Língua Portuguesa apresentam-se como um desafio dentro da sala de aula e como existem lacunas nesse processo e que podem influenciar o ensino e a aprendizagem dos alunos durante todo o ciclo do ensino fundamental. Também foi visto que a pandemia da Covid-19¹ impactou diretamente esse processo, pois segundo a pesquisa Alfabetiza Brasil desenvolvida pelo MEC (BRASIL, 2023), apenas 4 em cada 10 crianças do 2º ano do ensino fundamental estavam alfabetizadas no país em 2021. Esse levantamento mostrou que houve uma queda em comparação com a alfabetização dos anos iniciais de 2019, período pré-pandemia, em que 6 em cada 10 crianças estavam alfabetizadas.

Nesse contexto, é necessário que ocorram ações para sanar os problemas existentes na escola ligados ao processo de alfabetização, pois como mencionado por Val (2006), a alfabetização se faz indispensável durante toda a trajetória do seu humano:

(...) pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Noutras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e outras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita. (Val, 2006, p. 19)

Todas as oportunidades que estar alfabetizado traz para a vida do indivíduo serviram de impulso para que houvesse uma reflexão sobre a preparação que os

¹ O novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, foi detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Em 9 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a circulação do novo coronavírus. No dia seguinte, a primeira sequência do SARS-CoV-2 foi publicada por pesquisadores chineses. Em 16 de janeiro, foi notificada a primeira importação em território japonês. No dia 21 de janeiro, os Estados Unidos reportaram seu primeiro caso importado. Em 30 de janeiro, a OMS declarou a epidemia uma emergência internacional (PHEIC). Ao final do mês de janeiro, diversos países já haviam confirmado importações de caso, incluindo Estados Unidos, Canadá e Austrália. No Brasil, em 7 de fevereiro, havia 9 casos em investigação, mas sem registros de casos confirmados.

professores recebem durante sua graduação para alfabetizar e letrar crianças e adultos.

Para além da preparação necessária para sua formação inicial também fez com que fosse possível pensar em todas as formações continuadas que os professores devem fazer durante sua trajetória e em como cada uma dessas formações podem colaborar para seu processo de ensino e auxiliar em inseguranças e demandas que surgem ao longo da sua carreira. Pois, esse ciclo de formações que ocorrem ao longo da carreira do docente será como um fio condutor que tem início na graduação, e que com as formações continuadas e as experiências vividas na sala de aula estarão sempre se conectando com os saberes que já haviam sido adquiridos. Não existe a possibilidade de formações continuadas, ou até a formação na graduação vista de maneira isoladas consigam garantir que o professor possa exercer seu trabalho sem nenhuma dificuldade, dessa forma esse fio que abrange todas as formações que ocorrem ao longo da sua carreira profissional conectará sempre os aprendizados e os saberes de cada docente.

É inquestionável que para que o professor exerça sua profissão com êxito é necessário que cada um tenha a oportunidade de adquirir uma multiplicidade de saberes, pois é imprescindível que todos os docentes possam cada vez mais ampliar seus conhecimentos e aumentar os seus saberes, para que, assim, tenham sucesso e que possam ensinar seus alunos pensando na individualidade que cada um carrega consigo. Como falado por Tancredi (2009):

Aprender a ensinar envolve adquirir conhecimentos profissionais relacionados ao nível de ensino e às disciplinas/componentes curriculares pelos quais um professor se responsabiliza. Tornar-se professor é mais do que isso, pois envolve assumir as responsabilidades que emergem da prática profissional numa determinada instituição educativa, ou seja, comprometer-se com uma escola e seu contexto. Ser professor não cessa quando as aulas terminam; exige participação na escola e colaboração com os pares, exige assumir uma atitude proativa frente aos estudantes, às diferentes classes em que atua, aos projetos pedagógicos das escolas. Um professor não pode ser passivo e se acomodar à realidade existente; precisa envolver-se na proposição de caminhos que levem à superação das possíveis dificuldades que alunos, professores e escolas enfrentam cotidianamente. (Tancredi, 2009, p. 15)

Refletindo sobre o papel que o professor precisa desempenhar dentro e fora da sala de aula vemos que essa profissão carrega consigo uma grande complexidade, o

docente está o tempo todo rodeado de desafios, inseguranças e incertezas e, com tudo isso, é essencial que eles estejam preparados para receber seus alunos. Pensando no ensino de alfabetização e do letramento que normalmente acontece nos alunos iniciais, é possível destacar que esse âmbito de ensino traz ainda mais complexidade para a vida do professor, visto que existem vários métodos que podem ajudar cada um dos alunos e cabe ao professor que está presente na sala de aula tenha a habilidade de pensar quase que instantaneamente no melhor método que pode ser usados na sala de aula em determinado momento, enfatizando sempre a individualidade de cada aluno, pois como é apontado por Carvalho (2008) nenhum método é milagroso, segundo ela:

Quem se propõe a alfabetizar baseado ou não no construtivismo, deve ter um conhecimento básico sobre os princípios teórico-metodológico da alfabetização, para não ter que inventar a roda. Já não se espera que um método milagroso seja plenamente eficaz para todos. Tal receita não existe. (Carvalho, 2008, p. 17)

Como falado anteriormente, não existe nenhuma receita que se adeque para todos os estudantes, por esse motivo o processo de alfabetização e letramento deve ser feito levando em consideração o contexto em que o aluno está inserido, seu capital cultural e a individualidade de cada um, sabemos que o processo escolar é um acúmulo ao longo dos anos de apropriação do conhecimento e saberes e cabe ao docente em sala de aula observar as demandas e pensar no que será melhor para a sua turma, se reinventando e se replanejando para que ele possa buscar práticas pedagógicas que trará uma aprendizagem significativa aos alunos. Ferreiro (2011, p.33) menciona:

Nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e objeto dessa aprendizagem. São provavelmente essas práticas (mais do que métodos em si) que têm efeitos duráveis a longo prazo, no domínio da língua escrita como em todos os outros. (Ferreiro, 2011, p. 33)

Com isso, nessa pesquisa de caráter bibliográfico iremos refletir sobre a formação continuada dos professores alfabetizadores, para que seja possível entender se ao longo da sua trajetória na docência eles têm a oportunidade de se preparar para enfrentar situações que possam os tirar da sua zona de conforto e alinhar a teoria e prática em situações do cotidiano. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre a importância da formação continuada na rotina dos

professores e como essa prática pode auxiliar o professor a tomar decisões e a dar segurança para enfrentar os desafios presentes no processo de alfabetização. Além disso, com essa pesquisa também temos a intenção discutir as políticas públicas de formação continuada de professores presentes no Brasil, fazendo um comparativo entre o passado e os dias atuais e indicar como a formação continuada auxilia os professores alfabetizadores e pode colaborar para que todos estejam discutindo novos métodos e situações que ajudam nesse processo de ensino e aprendizagem. Assim, discutiremos quais contribuições que podem auxiliar os docentes nessa profissão complexa e os melhores caminhos a serem seguidos.

Nesse sentido, para que os objetivos dessa pesquisa sejam alcançados, esse estudo apresentará a metodologia que foi utilizada, posteriormente traremos um panorama das formações continuadas para professores alfabetizadores desde o início do século XXI até os dias atuais, mostrando suas características, formas de execução e objetivo, em seguida iremos apresentar o que a Base Nacional Comum Curricular e as diretrizes falam sobre a formação de professores alfabetizadores no Brasil e concluiremos a pesquisa trazendo contribuições de trabalhos de pós graduação sobre as políticas públicas de formação continuada de professores alfabetizadores implantadas no Brasil.

2 Metodologia

Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, de natureza qualitativa. Como mencionado por Gil (2017) para elaboração desse tipo de pesquisa deve-se ter como base um material que já foi publicado. Para Martins e Theóphilo (2016, p. 52), a pesquisa bibliográfica:

Trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo. (Martins; Theóphilo, 2016, p. 52)

Ademais, segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Dessa forma, foi realizado um levantamento de trabalhos de pós-graduação que estavam relacionados à formação continuada de professores alfabetizadores, com o objetivo de mapear informações sobre os progressos que a prática da formação continuada impactou na educação, enfatizando professores alfabetizadores. Para a seleção dos trabalhos, utilizou-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)², dessa forma foram selecionados trabalhos de teses e dissertações.

Para a busca do levantamento de dados bibliográficos foi necessário ir à opção de “busca avançada” presente no site, posteriormente utilizou-se como palavra-chave “formação continuada”. Essa busca proporcionou o aparecimento de 20 páginas com 17310 resultados de trabalhos relacionados a esse tema, ademais se utilizou como palavra-chave “formação continuada de professor” essa busca proporcionou que fossem encontradas 20 páginas com 10091 trabalhos relacionados com esse tema, ainda com essas palavras-chave foi feito um refinamento de resultados e foi colocado a opção de visualizar apenas teses relacionadas a esse tema, com isso, foram

² BDTD (ibict.br)

encontradas 2597 pesquisas. Esses resultados foram ordenados por data descendente, a fim de visualizar os trabalhos mais recentes primeiro. Por fim, foi realizada uma busca com a palavra-chave “formação continuada de educadores”; essa busca gerou 3583 resultados relacionados a esse tema. O quadro 1 mostra a quantidade de trabalhos encontrados com cada pesquisa realizada.

Quadro 1 - Trabalhos de pós-graduação encontrados na BDTD.

Palavras-chave utilizadas na busca avançada	Números de resultados obtidos
Formação continuada	17310
Formação continuada de professor	10091
Formação continuada de educador	3583

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora.

Após realizar o levantamento de trabalhos de pós-graduação no BDTD, ficou evidente que se encontrou um número elevado de trabalhos relacionados com a temática que estava sendo pesquisada, uma vez que é possível se deparar com a formação continuada em todas as áreas relacionadas à educação e em todas as modalidades de ensino. Segundo Boccato (2006):

É de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (Boccato, 2006, p. 266).

Como mencionado por Boccato (2006), é necessário que aconteça uma análise crítica dos dados encontrados a partir da busca realizada, baseado nisso, foi necessário realizar uma delimitação e uma definição de quais tipos de trabalhos estavam relacionados com o objetivo da pesquisa, sendo assim, foi necessário fazer um refinamento de trabalhos para que fosse possível analisar apenas trabalhos que estivessem relacionados com a definição pré-estabelecida, que seriam trabalhos que envolvessem professores alfabetizadores e professores dos anos iniciais da educação básica.

Com isso, foi possível construir dois quadros de trabalhos com essa temática, nesses quadros foi listado o título do trabalho, autor, ano, tipo de trabalho de pós-

graduação e universidade. O quadro 2 se refere apenas às dissertações que foram pesquisadas e o quadro 3 se refere apenas às teses pesquisadas.

Quadro 2 - Dissertações pesquisadas na BDTD

Título do Artigo	Autor	Ano de defesa	Programa de Pós-graduação	Universidade
Avaliação da aprendizagem na formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental I	Reila Garcia Santiago	2023	Mestrado	Instituto Federal do Amazonas
Formação continuada: vivências de professoras alfabetizadoras	Milena Marques Micossi	2018	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Continuidade da formação na formação continuada: um estudo sobre programas federais no campo de alfabetização	Laiana Abdala Martins	2017	Mestrado	Universidade Federal de Santa Catarina
A formação continuada de professores e o trabalho pedagógico	Elciana Buffon	2017	Mestrado	Universidade Federal de Santa Maria
Formação contínua de professores alfabetizadores no cotidiano escolar	Milene Kinlliane Silva De Oliveira	2014	Mestrado	Universidade Estadual do Ceará

Formação continuada de professores alfabetizadores: como aprende o professor?	Angela Maria da Silva Figueredo	2011	Mestrado	Universidade Metodista de São Paulo
Formação continuada: por que os professores não lêem?	Maria Aparecida Sanches Martins	2008	Mestrado	Universidade Metodista de São Paulo
Formação continuada de professores alfabetizadores	Walkiria de Oliveira Rigolon	2007	Mestrado	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Formação docente continuada e práticas educativas	Isandra Salvagni	2007	Mestrado	Universidade Federal de Santa Catarina
Os impactos da formação continuada na prática docente	Shizuko Miguita	2006	Mestrado	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Formação contínua e prática docente reflexiva: uma análise do programa de formação de professores alfabetizadores	Edna Maria Cordeiro	2006	Mestrado	Universidade Estadual do Ceará
Formação continuada de educadores: uma reflexão no cotidiano da escola pública	Ana Regina de Ferreira Barcelos	2000	Mestrado	Universidade Federal de Santa Catarina

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora

Após observar o quadro 2, é inquestionável afirmar que a maioria dos trabalhos apresentados foram publicados há mais de 10 anos, mostrando assim que a preocupação em pesquisar sobre a formação continuada de professores nos anos iniciais está presente há muito tempo no meio acadêmico. Também é interessante ressaltar como a formação continuada se fez presente no período pós-pandêmico, visto que aconteceram inúmeras mudanças, principalmente relacionadas ao setor tecnológico, em que foi necessário que os professores se adaptassem e se atualizassem em relação a métodos de desenvolver os conteúdos curriculares. Porém, podemos destacar que das 14 dissertações apresentadas que falam sobre formação continuada de professores, apenas 7 delas trazem como assunto principal a formação continuada de professores alfabetizadores, assunto que teremos como principal no decorrer desse trabalho.

Ao realizar a busca pelos trabalhos de pós-graduação relacionados ao tema da pesquisa pode-se notar que em um primeiro momento encontrou-se uma quantidade maior de dissertações com o ano de publicação um pouco mais antigo, em que havia como destaque políticas públicas que já foram executadas. Por esse motivo, ao continuar a pesquisa no BTDB foi colocado um filtro a fim de buscar apenas teses relacionadas à formação continuada de professores, além disso, também se ordenou para que aparecesse nas primeiras páginas as teses que haviam sido publicadas recentemente. No quadro 3, está disponível o material que foi encontrado.

Quadro 3 - Teses pesquisadas na BDTD

Título do Artigo	Autor	Ano de defesa	Programa de Pós-graduação	Universidade
Tertúlia Dialógica Pedagógica: formação permanente do professorado com base em evidências científicas	Vivian Massullo Silva	2023	Doutorado	Universidade Federal de São Carlos
A política nacional de formação continuada de	Andreia Migon Zanella	2022	Doutorado	Universidade Estadual de Ponta Grossa

professores da educação básica - 2004 - 2020.				
O trabalho da coordenação pedagógica no processo de inserção de professores iniciantes na docência	Aline Diniz de Amorim-Duque	2022	Doutorado	Universidade Estadual Paulista
A constituição de saberes experienciais da docência no contexto de políticas públicas educacionais	Merielle Angélica Martines Silvério	2022	Doutorado	Universidade Estadual Paulista
Formação continuada de professores alfabetizadores: um processo de coconstrução entre universidade e escola	Simone Welde Luiz	2022	Doutorado	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: formação de professores alfabetizadores no âmbito da UEPG	Mirian Margarete Pereira Brisola	2021	Doutorado	Universidade Estadual de Ponta Grossa
A escrita na	Benedita Almeida de	2007	Doutorado	Universidade de São Paulo

formação continuada de professoras alfabetizadoras: práticas de autoria				
--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora.

Após inserir alguns filtros na pesquisa para que fosse possível encontrar teses relacionadas à formação continuada de professores que foram publicados recentemente, foram selecionadas sete trabalhos que trouxeram essa temática, entre eles apenas três trouxeram especificamente a formação continuada de professores alfabetizadores, como mencionado anteriormente o foco principal deste trabalho é trazer contribuições e desafios da formação continuada de professores alfabetizadores, por esse motivo apenas os trabalhos com essa temática serão analisados na seção 4.

Para que seja possível analisar os trabalhos de pós-graduação que contribuíram com essa pesquisa é importante que possamos entender todo o processo das políticas públicas de formação continuada de professores que ocorreu ao longo dos últimos anos, com isso a seção a seguir irá discorrer sobre o histórico das políticas públicas de formação continuada de professores alfabetizadores e também as contribuições que as diretrizes curriculares trazem em relação a esse assunto.

3 Políticas públicas de formação de professores alfabetizadores

3.1 Histórico da formação continuada de professores da educação básica no Brasil

Para começarmos uma discussão sobre o histórico da formação continuada de professores da educação básica no Brasil, partimos do princípio de que para que a formação continuada seja executada é necessário que exista uma Política Pública Educacional, que terá como objetivo trazer propostas curriculares e oportunidades de formação para os docentes, Felix (2020) afirma que:

Uma Política Educacional, segundo Saviani (2008a) representa o posicionamento do Estado em relação à Educação, nesse sentido, pode-se dizer que ela reflete os pressupostos teóricos, econômicos e filosóficos de interesse de determinados grupos, em âmbito nacional e internacional. Isso corresponde a um conjunto de referenciais que implicam uma maneira de ser, estar e pensar o mundo, cristalizando valores e padrões por meio de linguagens e códigos. (Felix, 2020, p. 62 *apud* Saviani, 2008, p.7)

A formação continuada de professores dos três primeiros anos do ensino fundamental de nove anos, que são os professores considerados alfabetizadores depende de políticas públicas educacionais para ser colocada em prática, e para isso será discutido um panorama de políticas públicas que foram executadas no Brasil ao longo dos últimos anos. Para dar início a essa discussão é importante contextualizar que nas últimas décadas houve uma grande reviravolta na clientela que as escolas atendiam, lugar em que era frequentado apenas pelos filhos da burguesia passam a ser frequentados por camadas populares, como mencionado por Bahia (1995). Pode-se afirmar que essa nova demanda trouxe novos desafios para o setor educacional, pois crianças da burguesia estavam imersos a outro tipo de cultura desde o seu nascimento e chegavam no ambiente escolar com um acúmulo de capital cultural muito maior do que dos filhos de trabalhadores das camadas populares, que muitas vezes tem seu primeiro acesso com livros apenas quando chegam na escola. Portanto é indispensável que a escola ofereça mecanismos para que exista equidade dentro do ambiente, com isso se faz imprescindível a necessidade de desenvolver programas de formação continuada.

Para discutir os programas de formação iremos abranger o período de 1984 até os dias atuais, que terão como ênfase o Estado de São Paulo e as ações de formação continuada de professores alfabetizadores que ele apresenta. Durante esse período

ocorreram vários programas que embora tinham natureza diversas caminhavam com objetivos semelhantes, que viraram questões emergenciais naquele período como a diminuição dos índices de retenção, qualidade da ação pedagógica e também diminuir índices de analfabetismo. Com isso, ocorreram uma série de projetos e programas que eram voltados à alfabetização. A seguir iremos ver, analisar e discutir características das políticas de formação continuada de professores alfabetizadores implantadas no Brasil no século XXI.

No final do século XX, em 1999, foram criados os Parâmetros em Ação, segundo Felix (2020) eles tinham uma abordagem construtivista e tinham como finalidade implementar novos documentos por meio da formação de profissionais. Pode-se atribuir essa ação como a primeira medida do governo que foi direcionada diretamente à formação de professores alfabetizadores do país, ele foi organizado em módulos com a utilização de textos, filmes e programas de vídeo que serviam como suporte para elaboração de propostas de trabalho, esse mecanismo tinha como finalidade proporcionar aos profissionais a reflexão sobre experiências de modo a aprimorar sua atuação. Nesse primeiro momento houve muitos desafios, pois mesmo que um curso tenha sido elaborado para os professores alfabetizadores não era claro os desafios presentes na prática e nem os conhecimentos que os professores já possuíam.

Em 2000, pode-se atribuir o marco desse período voltado para formação continuada de professores alfabetizadores, pois foi nesse período em que foi realizado o fórum Mundial realizado em Dakar, Senegal, no qual os participantes do Fórum Mundial de Educação se comprometeram a alcançar seis metas de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade até o ano de 2015. Segundo o documento Educação para todos: o compromisso de Dakar, elaborado pelo Fórum Mundial da Educação, realizado em Dakar, Senegal, em 2000, das seis metas voltadas para a educação a IV tinha como foco a alfabetização e trazia como objetivo a melhora nos níveis de alfabetização de adultos e acesso equitativo à educação continuada. A partir desse decreto, foi delegada à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) o monitoramento dos países e cabia ao governo nacional propor políticas públicas que teriam como objetivo alcançar as metas que foram estabelecidas.

Com isso, em 2001, foi implementado o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) e Felix (2020) traz em sua pesquisa que esse programa oferecia novas técnicas de alfabetização baseadas em estudos realizados em diversos países a partir da década de 80, principalmente originadas das pesquisas de Emília Ferreira e Ana Teberosky (Psicogênese da Língua Escrita). Esse programa foi fundamentado a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. [...] Podem funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no País. (Brasil, 1997, p. 13)

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores foi desenvolvido a partir da demanda gerada pelo PCNs, ele era destinado a professores alfabetizadores e a formadores de professores. Segundo Figueredo (2011) a proposta desse programa era realizar um curso de formação destinado a professores que ensinam a ler e escrever. E para que esse curso fosse efetivo foi desenvolvido uma parceria entre as secretarias de educação estaduais e municipais, as universidades, escolas públicas e privadas de formação para o Magistério e ONGs (Organizações não governamentais). Além de ampliar o conhecimento dos professores em relação à alfabetização, a proposta do curso era também dar oportunidades aos professores cursistas de refletir sobre suas práticas pedagógicas e metodologias que eram usadas na sala de aula. O programa obteve muita abrangência e encantamento e, segundo Figueredo (2011), embora o material seja de domínio público e esteja disponível no site oficial do Governo, muitas empresas de assessoria de formação de educadores organizaram grupos de formação particular e se articularam ao PROFA.

O PROFA foi organizado em formato semipresencial e trazia sugestões de práticas diferenciadas e a reflexão da atuação docente com o objetivo de proporcionar aos professores repertório teórico-metodológico para auxiliar os docentes desenvolverem competências de leitura e escrita como abordado por Felix (2020), ainda como mencionado em seu guia de orientações, o programa visava a “formação inicial do aluno, a sua alfabetização ampla, bem como a formação da competência

leitora e escritora do mesmo através da formação do seu professor” (Brasil, 2001a, p. 29).

No mesmo ano de lançamento da PROFA também é lançado o GESTAR I, o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar - GESTAR I, foi apresentado como um conjunto de ações articuladas a serem desenvolvidas junto a professores habilitados para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental de nove anos. O GESTAR I traz como objetivo do programa provocar transformações nas práticas dos alunos, na qualidade do ensino, na ação pedagógica e na reflexão sobre as representações acerca do magistério (Brasil, 2007).

O Programa GESTAR I orienta-se pelo que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal no 9.394), inspirada na Constituição de 1988, sobre os fins da educação: o pleno desenvolvimento do educando e o seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho e estimula os professores a refletirem quanto ao que é aprender e ensinar, à definição de objetivos, conteúdos, métodos de avaliação e orientações didáticas e também aos indicadores de conteúdo e às orientações didáticas para as áreas de Língua Portuguesa e de Matemática.

O Gestão da Aprendizagem Escolar quando foi criado em 2001 foi dirigido às redes públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Um pouco depois, em 2004, foi criado o Gestar II, que tinha como finalidade as séries finais do ensino fundamental, dirigido também a essas três regiões. Em 2008, o programa foi expandido para professores das redes públicas de todo o país. E continuando essa expansão em 2009, o GESTAR I passou a ter 141 mil professores em formação nas cinco regiões e 4700 tutores em atividade, conforme dados trazidos pelo Portal do MEC (Brasil, 2007).

Felix (2020) menciona que o período de 2003 a 2012 foi considerado a década da alfabetização pela Organização das Nações Unidas (ONU), segundo ela:

o movimento foi impulsionado em função de três elementos: primeiro pelo grande número de pessoas analfabetas no mundo, segundo, que a alfabetização é um direito universal, ou seja, todo ser humano tem o direito a uma formação elementar de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, terceiro, que as iniciativas até esse período não se mostraram eficazes. Nesse sentido ao direcionar a atenção para a questão, esperava-se que os governos elaborassem estratégias e ações mais assertivas no que diz respeito à diminuição do analfabetismo. (Felix, 2020 p. 102)

Em 2003, com a influência da ONU, houve novamente discussões em relação à alfabetização do país e às políticas que poderiam amparar o Brasil e, com isso, foi apresentado um relatório mostrando todo o desenvolvimento do país nessa questão até então e buscar a partir disso ações mais efetivas para os processos de alfabetização. Após muitas discussões sobre abordagens de ensino de alfabetização e perceber que a maioria das pessoas que faziam parte da discussão compactuam com a perspectiva construtivista foram destacados novos movimentos de formação continuada para professores, em paralelo com a formação de professores houve a implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos (Brasil, 2006), pelo MEC, entre outras implementações o Ministério da Educação passou a adotar em suas políticas para alfabetização a perspectiva do letramento, segundo Felix (2020).

Dessa forma, dando continuidade ao histórico de formação continuada de professores alfabetizadores, em 2003, é lançado o Programa de Apoio a Leitura e a Escrita (PRALER) ele é desenvolvido para ser executado na modalidade semipresencial, com a possibilidade dos professores conciliarem os estudos com o trabalho e na perspectiva da formação contínua, essa modalidade oferece a possibilidade de estudo individual e reuniões quinzenais presenciais dando a oportunidade de trocas entre os pares e de gerar discussões em cima do material estudado. O guia geral de Programa de Apoio a Leitura e Escrita menciona que o PRALER tem a finalidade de garantir a qualidade do processo de ensino e da aprendizagem por meio de três ações sistêmicas e estratégicas de estudo individual a distância e atividades presenciais, individuais ou coletivas, todas coordenadas pelo Formador (BRASIL, 2007).

A 1ª Ação do programa consiste em desenvolver Formação continuada do Formador e do Professor cursista através de atividades para ambos, sessões presenciais coletivas, plantões e acompanhamento pedagógico que seria a observação da prática. A 2ª Ação se refere ao Sistema de Avaliação do Programa que constituiria a avaliação do desempenho escolar dos alunos, dos professores e a da avaliação institucional do programa. Por fim, a 3ª Ação consiste em atividades de apoio à aprendizagem dos alunos.

Assim como foi discutido anteriormente a respeito das abordagens desenvolvidas o conceito utilizado no PRALER parte da concepção construtivista da

educação, abordando processos de ensinar a pensar e de ensinar a aprender, fazendo assim com que seja possível desenvolver a autonomia e a independência em relação aos estudos é abordado que o contexto de aprendizagem do programa é fundamental para favorecer o desenvolvimento das estratégias de aprendizagem dos professores (Brasil, 2007).

Seguindo a linha de programas voltados para a alfabetização no dia 8 de setembro de 2003, a partir do Decreto nº 4.834 foi instituído o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) o programa tem como finalidade alfabetizar jovens e adultos de 15 anos ou mais que não tiveram a oportunidade de se alfabetizarem na idade apropriada, é destacado que para que o objetivo do programa seja alcançado é desenvolvido apoio e ações de alfabetização com esses jovens, adultos e idosos (BRASIL, 2003).

Este apoio se realiza por meio de transferência de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos entes federados que aderirem ao Programa para desenvolver as ações de alfabetização e no pagamento de bolsas benefício a voluntários que atuem como alfabetizadores, tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e coordenadores de turmas de alfabetização em atividade. (Brasil, 2003, p. 1)

O Programa Brasil Alfabetizado segue um aspecto que pensa na pluralidade da sala de aula, dessa forma o programa pensa em métodos de alfabetização que se fundamentam a partir da realidade, e perfil de cada um dos alunos que compõem o grupo de alfabetizandos que participam do programa, porém, é importante deixar evidente que mesmo que o processo de alfabetização é realizado desse modo não existe a desconsideração de métodos para que a alfabetização se concretize.

Criado em 2004, realizado pelo MEC, em parceria com universidades, o Pró-Letramento também é um programa de formação continuada de professores que busca a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. Criado para funcionar na modalidade semipresencial o programa e segundo Brasil (2007) seguinte finalidade:

- oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem de língua portuguesa e matemática;
- propor situações que incentivem a reflexão e a construção do conhecimento como processo contínuo de formação docente;
- desenvolver conhecimentos que possibilitem a compreensão da matemática e da linguagem e de seus processos de ensino e aprendizagem;

- contribuir para que se desenvolva nas escolas uma cultura de formação continuada;
- desencadear ações de formação continuada em rede, envolvendo Universidades, Secretarias de Educação e Escolas Públicas dos Sistemas de Ensino. (Brasil, 2007, local 1)

Para que o programa funcione da melhor maneira o MEC, coordenador nacional do programa, elabora as diretrizes e critérios para a organização dos cursos e a proposta de implementação. Ele também tem a função de garantir os recursos financeiros para seus devidos fins. As universidades que são parceiras nesse programa são responsáveis pelo desenvolvimento e produção dos materiais para os cursos, além de garantir a formação e orientação do professor orientador/tutor, pela coordenação dos seminários e pelas certificações. Além disso, cabe às secretarias de educação coordenar, acompanhar e executar as atividades do programa (Brasil, 2007).

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que foi instituído pela Portaria nº867, traz como intuito alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, pensando em sua idade escolar, até o terceiro ano do ensino fundamental de nove anos (Brasil, 2012). Porém, as ações do PNAIC também abrangem uma série de avaliações nacionais, trazendo grande pressão para os professores que são cobrados por resultados positivos por todos aqueles que compõem a comunidade escolar. Como mencionado por Leme (2015) se faz possível observar essa tendência de se relacionar os resultados de avaliações de desempenho dos alunos à formação de professores para a formulação de políticas públicas, como no caso da Resolução SE - 46 de 2012.

O Secretário da Educação, considerando a significativa melhora do rendimento escolar alcançada pelos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental no SARESP/2011, especificamente quanto à aquisição das competências leitora e escritora, resultante da eficácia da implementação do Programa Ler e Escrever; a importância que o desenvolvimento de ações articuladas, de formação em serviço e de acompanhamento da prática docente, representa para a equipe escolar, na elaboração do plano de ação (...). (São Paulo, 2012, p.1).

A partir da resolução fica evidente a forma como é atribuída a melhora do rendimento escolar totalmente a formação continuada de professores que estava em vigor anteriormente, pode-se atribuir a esse motivo a intenção governamental de trazer junto com o PNAIC uma série de avaliações nacionais, e da mesma forma que

se prevê que as crianças se alfabetizarem até os 8 anos de idade, caberá às avaliações comprovar se a formação continuada fornecida para os professores alfabetizadores foi efetiva e contribuiu para esse processo, dispensando dessa forma todas as individualidades e dificuldades que existem no contexto escolar. Leme (2015) menciona que o fato de que o PNAIC traz concomitantemente a formação para professores em forma de formação continuada e um instrumento de avaliação externa do aprendizado dos anos, fazendo com que seja possível notar uma tendência neoliberal presente no PNAIC.

Nos documentos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC³ justifica-se a necessidade de investimentos na formação continuada de alfabetizadores no processo de alfabetização. Seguindo o mesmo caminho adotado pelos organismos internacionais para a educação, o programa é proposto com a justificativa de que o professor é o responsável pelas mudanças necessárias na educação sendo ele a figura central e determinante (BRASIL, 2012). Afirma-se também que os cursos de formação de professores muitas vezes não oferecem uma formação consistente e que por esse motivo o professor nunca pode parar de estudar, dessa forma, a formação continuada é justificada diante de tais fragilidades como mencionado por Brisola (2021).

Dando continuidade a esse panorama da educação, em 2018, foi criado o Programa Mais Alfabetização (PMAI) além de fortalecer e apoiar unidades escolares no processo de alfabetização, esse programa também tem como finalidade a prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e ao fortalecimento do Programa (Brasil, 2018). O Programa Mais Alfabetização garante apoio adicional no turno regular, de preferência, para isso ele conta com a participação opcional do assistente de alfabetização ao professor alfabetizador, essa participação ocorre de duas maneiras diferentes em unidades escolares não vulneráveis o assistente de alfabetização participa por um período de 5 horas semanais, já nas unidades escolares consideradas vulneráveis essa participação acontece no período de 10 horas semanais, as escolas são consideradas vulneráveis quando atendem aos seguintes critérios:

³ Doc Orientador - Versão Alterada final (mec.gov.br)

- possuem mais da metade (50%) dos estudantes regularmente matriculados nos 1º e 2º anos dos anos iniciais do ensino fundamental, nos níveis insuficientes nas três áreas avaliadas no SAEB/ANA (leitura, escrita e matemática);
- apresentam Índice de Nível Socioeconômico abaixo de médio (baixo, muito baixo, médio baixo e médio), segundo a classificação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. (BRASIL, 2018, seção 6)

Começando a finalizar o panorama de políticas públicas educacionais do Brasil, passamos pela Política Nacional de Alfabetização (PNA) instituído pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 (Brasil, 2019), essa política tinha como objetivo aumentar a qualidade de alfabetização no Brasil e combater o analfabetismo.

Sua implementação aconteceu por meio de ações, programas e instrumentos que incluíam variadas práticas como orientações curriculares, desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos, recuperação e remediação de alunos que não foram alfabetizados no anos iniciais do ensino fundamental, letramento familiar, estímulo para que a formação continuada de professores contemplem o ensino de ciências e suas aplicações nos processos de ensino e aprendizagem, promoção de certificação de professores alfabetizadores, difusão de recursos educacionais, incentivo à formação de gestores educacionais e à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico, entre outras práticas (MEC, 2019).

Por fim, com o Decreto nº11.556, de 12 de junho de 2023 foi instituído o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023), programa mais recente de formação continuada de professores alfabetizadores. Com grande parte dos municípios enfrentando desafios técnicos e orçamentários que influenciam diretamente o direito pela alfabetização, com governos estaduais fugindo do papel da garantia desse direito e com o MEC falhando com seu papel de indução, coordenação, assistência técnica e financeira, se fez necessária a elaboração de uma nova política educacional que garantisse um compromisso nacional pela alfabetização das crianças. Esse programa traz como finalidade garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, conforme a meta 5 do PNE) e também garantir a recomposição das aprendizagens com foco na alfabetização, de todas as crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano.

Com as informações obtidas foi possível traçar uma linha do tempo mostrando todas as políticas públicas de formação continuada de professores que foram implantadas nos últimos anos, e o ano de criação de cada uma.

Imagem 1 - Linha do tempo da criação das políticas públicas de formação continuada de professores.



Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora.

Para que os objetivos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada sejam atingidos será necessário acontecer uma parceria entre o MEC, os Estados e os Municípios, em que todos os envolvidos devem assumir o compromisso de gestão e governança, para garantir que 100% dos municípios e estados elaborem e publiquem sua política de alfabetização, de formação; para garantir que 100% dos municípios e estados implementem sua Política de Formação de Gestores Escolares e de Professores Alfabetizadores, de infraestrutura física e pedagógica; para garantir que 100% dos municípios e estados disponham de material didático complementar para a alfabetização, material pedagógico de apoio aos docentes da educação infantil e espaços de incentivo a práticas da leitura apropriadas à faixa etária e ao contexto sociocultural; de reconhecimento de boas práticas, para identificar, reconhecer, premiar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão exitosas no campo da garantia do direito à alfabetização; e de sistemas de avaliação, para promover a articulação entre os sistemas de avaliação educacional da educação básica, para a tomada de decisões de gestão, no âmbito da rede de ensino, da escola e do processo de ensino-aprendizagem e disponibilização de instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem dos educandos, garantindo assim que a implementação do programa seja efetivo em todos os lugares do país. (Brasil, 2023).

Ao percorrer essa linha do tempo que destaca as políticas públicas de formação continuada que foram executadas em nosso país no século XXI, a princípio é possível destacar que todos carregam consigo características e objetivos semelhantes, se faz evidente que o principal objetivo geral de todas as políticas mencionadas é eliminar cada vez mais o analfabetismo do país, porém, ainda é preciso caminhar muito para alcançar esse objetivo. Foi possível observar que as políticas implantadas seguiam sempre a mesma estrutura de formação, todas disponibilizavam tutores, materiais didáticos diversificados, e todas também reforçaram a importância da observação da prática pedagógica e a discussão e reflexão com seus pares, durante o período de formação e fora dele, com isso é interessante destacar que por mais que cada programa trouxe alguma singularidade, as suas semelhanças se evidenciam muito mais, mostrando assim que durante os últimos 23 anos não foi possível encontrar grandes evoluções acerca das políticas públicas educacionais voltadas para professores alfabetizadores. Além disso, constatou-se na pesquisa que não existem políticas educacionais de Estado e sim políticas de governo que mudam rapidamente

de acordo com o grupo que está no governo em determinando momento histórico tendo como objetivo central assegurar os interesses do grupo, pois veem na educação um mercado rentável e formulam legislações para benefício próprio. Como a venda de cursos de formação, materiais de informática para as escolas, livros e etc.

As metas ainda precisam ser batidas e para isso ainda se faz necessário uma evolução ainda maior nesse cenário da alfabetização. Durante os últimos anos enfrentamos a pandemia da COVID-19, que deixou uma grande lacuna no processo de alfabetização das crianças, visto que, as escolas foram fechadas por um longo período e grande parte das crianças não tinham acesso a tecnologias que fizessem com que os alunos acompanhassem as aulas, após esse período a primeira política pública implementada foi a do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com o objetivo principal de alfabetizar 100% das crianças até o segundo ano dos anos iniciais do ensino fundamental, porém penso que para romper com o analfabetismo no país existe a necessidade de voltar os olhos para todos os alunos que já saíram dos anos iniciais do ensino fundamental e que ainda não estão alfabetizados, devido a lacuna deixada no período pandêmico.

Além disso, ao analisar os objetivos e formas de execução das políticas públicas implantadas no Brasil nos últimos anos, é interessante acrescentar a essa discussão que embora os materiais de formação tragam a importância do docente trabalhar com a alfabetização conforme suas condições de trabalho e ter sempre um olhar voltado para a individualidade de seus alunos e o contexto de cada um, vemos que, as políticas públicas implantadas tem como objetivo principal bater metas educacionais e aumentar os índices voltados para a alfabetização. Felix (2020) contribui afirmando que três aspectos se tornam emblemáticos no que se refere às políticas de formação continuada de professores:

o primeiro está relacionado às limitações pedagógicas presentes nos materiais, que indicam quais referências e quais sequências didáticas são ideais para alcançar determinados objetivos de aprendizagem; segundo, as orientações curriculares presentes nas propostas privilegiam determinadas áreas do conhecimento em detrimento das outras, que é o caso da Língua Portuguesa e da Matemática; e, por fim, achar que apenas o investimento na formação dos professores resolverá as questões da educação. (Felix, 2020, p. 112)

Diante disso, é importante continuar lutando para uma educação emancipadora tendo a alfabetização como um direito ao ser humano, as formações continuadas continuam sendo importantes para o desenvolvimento do docente, para que todos possam sempre estar se atualizando de conhecimentos pedagógicos e curriculares, mas cabe aos responsáveis pelos programas implementados inovar em formações que de fato irão contribuir para a prática pedagógica de cada um e não dará voltas e voltas em materiais que já foram analisados. Fazendo assim que as formações continuadas proporcionam a vida dos docentes desenvolvimento pessoal e profissional e colabore com o processo de adquirir conhecimento.

3.2 A formação do professor alfabetizador a partir da DNC e da BNCC

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica surgiram a partir da demanda das modificações que vinham acontecendo do setor educacional, como o ensino fundamental de nove anos e a obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos 17 anos de idade. Para que sejam estabelecidas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais contou-se com a participação de diversas entidades que compõem o setor educacional e pesquisadores da área, que realizaram diversos debates sobre o assunto com a finalidade de prover para os estudantes a melhor formação levando em consideração sua idade, nível de aprendizagem e a heterogeneidade presente no país, respeitando as culturas, etnias e condições sociais, emocionais e físicas de cada um.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs) o avanço que a educação brasileira teve nos últimos anos é resultado de todo trabalho que vem sendo realizado e da competência dos professores e demais profissionais da educação. Pensando em proporcionar manutenções que irão contribuir para que muitos avanços possam acontecer, as Diretrizes adotam um programa de preparação dos profissionais da educação, particularmente dos gestores, técnicos e professores. Além disso, a respeito das contribuições que as Diretrizes Curriculares Nacionais trazem para a formação de professores também é indicado a formação de professores para o atendimento educacional especializado (AEE) e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nas classes comuns de ensino regular, visto que, o AEE é parte integrante do processo educacional é imprescindível que seja oferecido aos professores projetos de formação

para que eles possam atender essa demanda. Discutindo sobre a educação indígena o documento apresenta a importância da formação de professores e a garantia dessa formação aos professores indígenas (Brasil, 2013).

As formações continuadas de professores previstas nas Diretrizes têm a finalidade de garantir que os professores e gestores tenham a oportunidade de se manterem atualizados, em relação ao campo de conhecimento que cada um trabalha, e colaborarem para que exista a discussão e reflexão sobre a prática pedagógica que está sendo desenvolvida na sala de aula e atualizações voltadas para outros setores que complementam o trabalho do docente, como a tecnologia e a informação.

A sessão do documento que destaca a formação inicial e continuada do professor enfatiza alguns domínios que são indispensáveis para o exercício da docência:

o professor precisa, particularmente, saber orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento. Deve transpor os saberes específicos de suas áreas de conhecimento e das relações entre essas áreas, na perspectiva da complexidade; conhecer e compreender as etapas de desenvolvimento dos estudantes com os quais está lidando. (Brasil, 2013, p. 58)

O documento também acrescenta que a formação do professor deve ser assumida como compromisso integrante social, político e ético, local e nacional, contribuindo para uma nação democrática, justo, inclusiva e para a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, a partir dessa descrição são apresentadas orientações que todas as instituições de ensino devem introduzir no projeto político-pedagógico, ele deve prever a consolidação da identidade dos profissionais da educação; a criação de incentivos ao resgate da imagem social do professor e sua autonomia decente e também definir indicadores de qualidade social da educação escolar (Brasil, 2013).

Ao se deparar com uma sala de aula, com alunos e a história de vida que cada um traz consigo para dentro da sala de aula fica evidente que saber o conteúdo que deve ser ensinado não é o suficiente para que o professor possa exercer a sua função, além do conhecimento específico que é necessário os professores devem carregar consigo uma pluralidade de habilidades e sempre estar preparados para situações inimagináveis que possa ocorrer durante sua prática. Ademais, as Diretrizes Nacionais Curriculares deixam evidenciadas orientações que todos os docentes devem seguir

para conseguir colaborar com a formação do indivíduo de maneira efetiva, é mencionado que:

o professor da Educação Básica deverá estar apto para gerir as atividades didático-pedagógicas de sua competência se os cursos de formação inicial e continuada de docentes levarem em conta que, no exercício da docência, a ação do professor é permeada por dimensões não apenas técnicas, mas também políticas, éticas e estéticas, pois terão de desenvolver habilidades propedêuticas, com fundamento na ética da inovação, e de manejar conteúdos e metodologias que ampliem a visão política para a politicidade das técnicas e tecnologias, no âmbito de sua atuação cotidiana. (Brasil, 2013, p. 59)

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC – (2018) é um documento de caráter normativo que tem como objetivo definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014). A finalidade da BNCC é ser uma referência nacional para a formulação dos currículos e contribuir com o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, além disso, ela também contribui para o alinhamento referente à formação de professores, avaliação e elaboração de conteúdos educacionais que irão auxiliar o desenvolvimento da educação.

Pensando na heterogeneidade da população brasileira é fundamental o papel que a BNCC representa, em que, a partir das competências apresentadas caberá às escolas construir currículos e elaborar propostas pedagógicas que possam abranger toda diversidade cultural e nas desigualdades presentes na nossa sociedade. Com isso, também se espera que as políticas educacionais direcionadas à formação de professores possam se apoiar na BNCC, a fim de elaborar propostas que garantam o melhor desenvolvimento e progresso de todos os professores do território nacional. O papel atribuído à BNCC é ser uma facilitadora das redes, escolas e instrumento fundamental para o ensino e tentar promover uma igualdade educacional.

A formação de professores, que a BNCC traz em seu documento, começa mencionando características do currículo no que se refere à formação de professores

e destaca que ações que são necessárias para o melhor desempenho dos alunos, professores e de todos envolvidos com o processo de ensino, o documento enfatiza a importância de criar e disponibilizar materiais de orientações para professores e também sobre a prática de manter processos permanentes dentro da instituição escolar, a fim de aperfeiçoar os processos de ensino e aprendizagem (Brasil, 2018). Para que os objetivos delineados na BNCC sejam alcançados é necessário o funcionamento de um regime de colaboração, que conta com a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios se estendendo para a comunidade educacional e a sociedade, a primeira tarefa apontada na BNCC dessa União é a revisão da formação inicial e continuada dos professores, com a finalidade de alinhá-las com a BNCC, com isso se faz necessário que aconteça uma regulação do ensino superior, logo que, são essas instituições que irão formar esses profissionais, essa ação é fundamental para a eficácia na implementação da BNCC.

Ainda pensando em como as políticas públicas contribuíram para a formação continuada de professores alfabetizadores, será realizado a seguir uma análise dos trabalhos de pós-graduação. Para realizar a análise foi feita uma divisão em eixos temáticos para que se possa trazer as discussões dos autores dos trabalhos de pós graduação a partir dos temas destacados, em um primeiro momento iremos discutir sobre as características das políticas públicas de formação de professores alfabetizadores, posteriormente traremos um eixo que falará sobre as dificuldades levantadas nos trabalhos analisados e, por fim, veremos em sugestões para políticas públicas que foi possível encontrar ao realizar a análise.

4 Contribuições de trabalhos de pós-graduação em relação às Políticas de formação continuada de professores.

Hodiernamente podemos notar como grande parte dos indivíduos podem ter acesso a infinitas informações através de páginas de web, também se faz necessário destacar a velocidade em que essas informações se propagam pela rede e através das pessoas, fazendo com que seja possível que grande parte da população tenha acesso a novas informações a cada minuto. Dessa maneira, se faz viável que todos possam adquirir um novo conhecimento sempre que desejarem. Pescuma (2005) nos diz que o objetivo da pesquisa científica é buscar, selecionar, ordenar, elaborar e sistematizar uma massa de informações para transformá-la em conhecimento, ou seja, para que uma informação seja considerada um conhecimento devemos atribuir um sentido a informação que está sendo disponibilizada para o indivíduo.

Sabendo que está cada vez mais fácil ter acesso ao conhecimento, se faz imprescindível que professores estejam sempre atualizados em relação às informações que chegam até cada um diariamente, para que eles possam ter a oportunidade de através delas buscarem cada vez mais novas maneiras de adquirir conhecimento e auxiliar seus alunos a desenvolverem o senso crítico para que cada um possa ter a capacidade de fazer com que cada informação adquirida na internet possa se transformar em conhecimento. Assim como a cada instante existem novos fatos e acontecimentos no mundo, no qual é indispensável que o professor esteja informado, o mundo educacional também está sempre se atualizando e se faz necessário que os professores estejam preparados para acompanhar os novos conhecimentos curriculares e novas tendências pedagógicas para que cada a aluno tenha a oportunidade de adquirir conhecimento da melhor forma possível.

Com isso, se faz necessário que os professores estejam sempre se capacitando e buscando novas formas de adquirir conhecimento principalmente através de formação continuada, as quais seriam importantes serem realizadas através de políticas públicas do Estado. Penso que, para pensarmos na transformação do professor em sala de aula através de novas abordagens pedagógicas e curriculares, essa transformação só será possível pela formação continuada que deve ser uma ação permanente na rotina de todos os professores, visto que, nesse momento existe a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, conversar e trocar

experiências com seus pares, além de ter a oportunidade de pensar para além da sala de aula, e atribuir significado aos novos conhecimentos que serão adquiridos através, a mudança que o processo de formação continuada pode trazer para a sala de aula, tem como objetivo oferecer para os alunos que estão em processo de construção de conhecimento a forma mais fácil e mais interessante para que eles possam passar por esse caminho, como mencionado por Chimentão (2009):

A nosso ver, a formação continuada passa a ser um dos pré-requisitos básicos para a transformação do professor, pois é através do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança. Fica mais difícil de o professor mudar seu modo de pensar o fazer pedagógico se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola. (Chimentão, 2009, p. 3)

Para que essa transformação se faça efetiva dentro das unidades escolares contamos com a colaboração de Políticas Públicas. Segundo Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Ou seja, as políticas públicas terão o papel de promover ações para que existam formações continuadas de professores, buscando sempre a atualização de conteúdos curriculares e educacionais. Sobre políticas públicas de formação de professores Soares (2012) ainda acrescenta:

A realização de todo esse processo é orientada por uma política federal, que fixa as normas gerais; por políticas estaduais, que traduzem as normas gerais da política federal em propostas curriculares, programas de atualização de professores, estratégias de inclusão de crianças com necessidades especiais etc.; por políticas municipais, que concretizam em cada município, as políticas de caráter genérico dos níveis federal e estaduais em currículos, projetos e programas específicos, adequados às características sociais e culturais de cada realidade municipal; e finalmente por uma política escolar que, em cada escola, sob orientação da política federal, da política estadual e municipal do estado e do município em que se encontra, desenvolve seu projeto político-pedagógico, ajustado à realidade de seus alunos, de seus professores, de suas condições de materiais. [Soares, M.]. Seminário: Sobre Políticas Educacionais e o Direito de Aprender. São Paulo: IAS⁴, 2012)

Porém, com o desenvolvimento da ação do governo de promover políticas públicas de formação continuada de professores passamos por algumas fragilidades

⁴ Instituto Ayrton Senna, organização sem fins lucrativos que trabalha para ampliar oportunidades de crianças e jovens por meio da educação. A professora Magda Soares proferiu a palestra de abertura do Seminário: Sobre Políticas Educacionais e o Direito de Aprender, promovido pelo IAS em 2012.

e na maioria das situações, vemos que elas acabam se desenvolvendo com características parecidas.

A seguir foram feitos eixos de análise para que seja possível discutir um pouco sobre as características das políticas públicas de formação continuada de professores alfabetizadores, suas principais dificuldades e fragilidades e sugestões que possam ajudar a pensar em políticas públicas.

4.1 Características das políticas públicas de formação continuada de professores

Ao analisar alguns trabalhos que trazem a ideia da formação continuada de professores alfabetizadores nos deparamos com algumas políticas públicas que estiveram em vigor nos últimos anos. Micossi (2018) discute sobre o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) que tem como objetivo promover formação aos professores alfabetizadores com o propósito de alfabetizar todas as crianças até a idade de oito anos ou até o término do ciclo de alfabetização. Ela aponta que os pressupostos do Programa orientam para o rompimento de práticas conservadoras que levam os alunos apenas à repetição e à memorização de conteúdos descontextualizados e sem significado sobre a realidade da qual fazem parte. Outra característica apresentada sobre as orientações do PNAIC foi de sempre considerar os conhecimentos prévios dos docentes e ter a possibilidade de acolher os professores para que em todos os momentos eles se sintam seguros para falar sobre as angústias e expectativas que estão os cercando.

Figueredo (2011) ao discutir sobre a formação continuada de professores alfabetizadores tem a preocupação de trazer na discussão Ferreiro (1983), lembrando quando ela muda o foco do olhar de como se ensina para como se aprende a ler e escrever, mostrando que ela tem a pretensão de provocar uma mudança conceitual. Essa mudança conceitual que faz com que o processo de alfabetização se torne um processo de formação do cidadão colabora com a maneira que seria possível desenvolver políticas públicas.

Segundo essa concepção, Figueredo (2011) afirma que conhecer o processo de aprendizagem dos professores auxilia os formadores e às instituições que são responsáveis por executar os cursos de formação continuada a considerar o processo e o caminho que esses professores seguem, a partir disso é possível planejar e propor

ações de formação coerentes com o processo de aprendizagem de cada um, esse caminho fundamenta os programas desde o Ciclo Básico⁵ até o Programa “Ler e Escrever”⁶. O programa “Ler e Escrever”, discutido por Figueredo (2011), considerava a criança como sujeito do processo de aprendizagem, ou seja, as situações didáticas que surgiam ao longo do processo se tornavam objeto de reflexão entre cada um dos alunos.

Rigolon (2007) analisa contribuições trazidas pelo programa Letra e Vida⁷, enfatizando que esse programa contribuiu para que as discussões em torno da alfabetização se ampliassem na escola, ação que favoreceu as trocas de experiências, algo que não era rotineiro encontrar no ambiente. Ela afirma que esse programa trouxe como objetivo embasar a formação de professores alfabetizadores, sem a pretensão de solucionar todos os problemas existentes nas escolas. No entanto, Rigolon (2007) esclarece que caberia à escola estender essa formação de maneira sistemática, após o término do curso, a partir dos elementos trazidos pela própria equipe escolar, considerando suas especificidades.

Brisola (2021) começa sua discussão acerca das políticas públicas de formação de professores implantadas no Brasil, destacando a influência do neoliberalismo e da reforma do estado que impactaram o campo econômico, político e social e em específico na educação, alfabetização e nos programas educacionais e de formação de professores. Entre muitas reflexões, Brisola (2021) destaca que na década de 1990 as políticas educacionais que se faziam presentes seguiam orientações das organizações internacionais, essas apontavam a centralidade da alfabetização. Além disso, ela também evidencia que o capitalismo tem grande impacto na formação de professores alfabetizadores, visto que muitas vezes essa ação é considerada como dispositivo do modelo de regulação pós-burocrático e é visto com o objetivo de

⁵ O Ciclo Básico foi um programa implantado em 1984, na Rede Estadual de São Paulo ele tinha como intuito cessar com a retenção massiva no final da 1ª série, através do Decreto 21.833, de 28 de dezembro de 1983, que previa a aprovação das crianças da 1ª para a 2ª série, não ocorrendo mais a retenção neste momento da escolaridade.

⁶ O programa “Ler e Escrever” implantado na Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo, no ano de 2006, tinha como proposta implementar um acompanhamento sistemático da evolução da aprendizagem dos alunos.

⁷ O programa Letra e Vida, implantado pelo Governo do Estado de São Paulo, é destinado a professores que ensinam a ler e a escrever no ensino fundamental e tem por objetivo: melhorar resultados da alfabetização no sistema de ensino do estadual e contribuir para a mudança de paradigma quanto à metodologia de formação de professores (Governo do Estado de São Paulo, 2003)

interferir no trabalho do professor. Ademais, vale ressaltar que Brisola (2017) traz em sua discussão que os programas de formação continuada de professores alfabetizadores tinham como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação e alfabetização. Sendo assim, a educação pode contribuir para uma educação unilateral e emancipadora ou contribuir para a perpetuação dos interesses da classe opressora.

Luiz (2022) traz a importância de se consolidar uma parceria entre as instituições de ensino superior e escola básica, pois ela afirma que esse elo será importante para materializar as práticas docentes. A partir dessa parceria se romperá a barreira de que a universidade é a detentora do conhecimento e o professor também se tornará produtora de saberes.

Com as contribuições das características apresentadas pelas pesquisadoras se faz evidente a importância da formação continuada de professores alfabetizados. Pode-se observar ações que serão efetivas no dia a dia de cada um, suas pesquisas colaboram para que se possa pensar em formações que de fato irão contribuir com a rotina do professor na sala de aula, pois a partir das características que foram apresentadas é possível fazer uma articulação entre a contribuição teórica apresentada e a prática que é observada todos os dias na sala de aula. Além disso, é mostrado a partir das contribuições apresentadas que, embora as políticas públicas de formação de professores tenham sempre como objetivo geral auxiliar os professores alfabetizadores a se atualizarem em relação a conteúdos curriculares e a novas demandas observadas, também caberá a toda comunidade escolar colaborar para que a formação continuada tenha continuação e gere novas reflexões e conversas em todos os ambientes da comunidade escolar.

4.2 Dificuldades e fragilidades das políticas públicas de professores

Ao nos depararmos com políticas públicas educacionais que têm como principal objetivo trazer para o cotidiano dos docentes atualizações curriculares e pedagógicas também nos deparamos com dificuldades e fragilidades que essa ação também pode trazer. Micossi (2018) fala que um dos desafios encontrados para a promoção da formação continuada docente dialógica e reflexiva estava em pensar formas que

pudessem inquietar as professoras sem desrespeitar suas trajetórias como profissionais.

Rigolon (2007) também enfatiza a importância das discussões e trocas de experiências que estão presentes nos cursos de formação continuada, mas enfatiza que para que essa troca tenha efetividade é interessante que aconteçam manutenções das discussões na rotina escolar. Para isso, ela destaca que é necessário que a formação possa se estender em toda a equipe escolar, pois as mudanças não devem acontecer somente aos professores, mas é necessário que todos os profissionais da escola estejam envolvidos com o processo de formação dos alunos, assim como o projeto político pedagógico deve ser construído coletivamente com a participação de toda a comunidade, políticas de formação continuada de professores devem ser estendidas para todos aqueles que participam da formação dos alunos. Rigolon (2007) também evidencia a necessidade de o formador apresentar uma escuta mais atenta das questões que são trazidas pelos cursistas e refletir sobre o que seria efetivo de fato propor em um curso de formação de professores alfabetizadores, pensando na realidade em que eles estão inseridos e nas questões perpassadas no dia a dia.

Brisola (2007) traz como destaque pensando nas dificuldades presentes nas políticas públicas de formação de professores a necessidade de investimentos na formação continuada de alfabetizadores no processo de alfabetização. Além disso, ela afirma que os cursos de formação de professores muitas vezes não oferecem uma formação consistente e que por esse motivo o professor nunca pode parar de estudar, pois sempre estará com déficits de assuntos que deveriam ser passados em cursos já realizados. Brisola (2007) elenca uma série de desafios que ela pode perceber ao concluir sua pesquisa, entre eles ela destaca questões relacionados com bolsas e pagamento como a demora dos recursos públicos para as universidades, o atraso no pagamento das bolsas, que ocasionaram um atraso no início das formações, questões ligadas ao material didático usado nos cursos, questões ligadas à organização como a dificuldade na alfabetização de crianças em turmas mistas, dificuldades com o trabalho interdisciplinar, metodologias diferenciadas, projetos e sequências didáticas, a necessidade de repensar a organização do Ciclo de Alfabetização e questões

ligadas a conhecimento dos formadores, como a falta de aprofundamento das questões sobre Educação do Campo e Educação dos indígenas.

Luiz (2022) destaca que grande parte dos docentes compreende o letramento, que busca trabalhar a leitura e a escrita em consonância com as práticas sociais dos alunos, porém, ela traz como fragilidade dos docentes não explorar o suficiente conteúdos abordados por meio de gêneros como história infantil, música, fábula, etc., esses tipos de gêneros textuais são mais relevantes para a vivência dos alunos e para sua constituição como cidadãos, porém os docentes acabam escolhendo textos que promovem poucas ações práticas para os alunos.

A partir, então, das contribuições trazidas sobre as dificuldades e fragilidades presentes nos cursos de formação de professores, podemos destacar principalmente a falta de continuidade que os cursos apresentam, nos quais muitas vezes acontece uma formação e aqueles que participaram nunca mais comentam sobre o assunto, assim, acaba deixando a desejar uma falta de discussão presente nos corredores das instituições escolares, falta de troca com seus pares e com toda a comunidade escolar, pois todos devem estar envolvidos no processo de formação dos alunos, cabendo à coordenação de cada instituição promover ações que possam auxiliar o desenvolvimento de novas reflexões que serão feitas a partir do que foi socializado durante a formação. Também pensando nas fragilidades que as pesquisadoras destacaram em suas pesquisas também foi visto que outra grande dificuldade encontrada nas políticas públicas de formação continuada de professores é a falta de recursos presentes, que dificulta a execução e conclusão da formação em exercício, além de muitas vezes oferecerem formadores despreparados que passam muitas informações nos cursos de formação que precisam ser complementadas.

4.3 Sugestões para pensar em políticas públicas

A partir das análises dos trabalhos de pós-graduação que foram evidenciados também se fez possível destacar sugestões para se pensar em políticas públicas, Micossi (2018) afirma que, ao se pensar em políticas públicas de formação continuada de professores, deve-se garantir o resgate da trajetória formativa e profissional do docente, deve-se organizar um trabalho colaborativo pautado na escuta ativa e no olhar atento tendo sempre como base os pressupostos do cuidar e da afetividade,

deve-se ter a prática docente como objeto de estudo, deve-se pensar no planejamento coletivo que atenda às necessidades reais e que pense na importância do trabalho com experiências significativas que possam afetar a curiosidade do docente, fazendo assim com que ele tenha vontade de buscar novos conhecimentos.

Além disso, Micossi (2018) também afirma que a formação continuada de professores deve trabalhar o conceito da incompletude, fazendo com que todos se reconheçam como sujeitos incompletos, cercados por fragilidades e potencialidades, segundo ela, dessa forma a formação continuada favorece a mudança de práticas pedagógicas dentro da sala de aula. Outro ponto destacado por Micossi (2018) é a importância do formador também estabelecer um papel de mediador no decorrer do processo de formação, essa prática pode se fazer presente a partir do momento que o formador constrói com os docentes que estão em formação um ambiente colaborativo de aprendizagem por meio da escuta ativa, do olhar atento e aflorando o vivido, a partir dessa postura que tornará o formador um mediador do processo de aprendizagem pode-se considerar que haverá mudanças na prática do docente em formação.

Figueredo (2011) contribui dizendo que ela considera fundamental que os órgãos públicos responsáveis pela coordenação de programas de alfabetização deem prioridade para a manutenção de programas de formação de professores alfabetizadores. Destaca, ainda, que esses devem se preocupar com a coerência e permanência da concepção de construção de conhecimento e com a coerência e permanência da concepção de alfabetização. Figueredo (2011) também enfatiza que todos os setores e níveis de escala da secretaria - desde secretário, dirigente, supervisores de ensino, diretores, professores coordenadores das oficinas pedagógicas (PCOPs), coordenadores pedagógicos das escolas (PCs), professores e família devem se envolver nos programas de manutenção de alfabetização, para assim concretizar dentro das escolas o direito à alfabetização, conforme mencionado por Ferreira (1993).

Sobre os cursos de formação continuada de professores alfabetizadores implantados por políticas públicas Rigolon (2007) contribui dizendo sobre a manutenção de discussões e as trocas de experiências entre as professoras, ao concluir sua pesquisa Rigolon (2007) percebeu que o conhecimento aprendido e

discutido durante o período de formação fica adormecido entre os corredores da escola após seu término, ela afirma que para que as discussões em torno da alfabetização que ocorrem durante a participação dos programas se ampliassem mais seria necessário ocorrer uma manutenção dos efeitos provocados pelo curso, porém, para que essa ação se torna concreta cabe a própria unidade escolar planejar e organizar essa troca entre os professores e funcionários da escola, visto que todos devem se contemplar da formação continuada que por vezes é oferecida apenas para professores alfabetizadores da unidade.

Brisola (2021) levanta vários pontos de possibilidades e potencialidades para os cursos de formação continuada de professores alfabetizadores, em relação ao material utilizado ela destaca que os cadernos de formação apresentam uma linguagem clara e acessível ao professor alfabetizador, oferecendo exemplos de práticas pedagógicas que podem ser utilizados na sala de aula, ele também articula o conteúdo teórico com a prática vivenciada, possibilitando que o professor reflita e direcione sua prática pedagógica a partir da sua realidade escolar, esse material também apresenta sugestões de leitura e estimula o uso de materiais pedagógicos que são distribuídos às escolas públicas, em relação aos estímulos presentes durante o período de formação ela destaca que existe a produção de artigos científicos que acontecem a partir do aprofundamento dos temas das formações, grupos de estudos e planejamentos e a parceria com efetiva com muitos municípios promovendo a cultura de formação continuada.

Brisola (2021) também destaca que um grande incentivo que foi oferecido em alguns cursos de formação continuada de professores em alguns municípios foi transporte e alimentação para os cursistas, em alguns lugares houve também a designação de uma orientadora de estudos com carga de 20 horas, para atender às ações formativas do PNAIC. Aconteceu em alguns municípios de serem disponibilizados pela prefeitura o pagamento de uma bolsa para os alunos ouvintes que pudessem participar da formação. Outros destaques elucidados por Brisola (2007) que podem potencializar os cursos de formação continuada de professores foi enfatizar para os professores a percepção do trabalho com a ludicidade como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, a socialização de saberes e experiências entre os professores cursistas estimulando a mudança de práticas

pedagógicas, com intenção de desacomodar as práticas padronizadas. Além disso, ela fala sobre a necessidade de efetivar a alfabetização em uma perspectiva de letramento, e de mostrar aos professores a importância de fazer articulações com programas já existentes, materiais, referências curriculares e pedagógicas disponibilizadas pelo Ministério da Educação. Ademais, Brisola (2007) destaca que durante esse período de formação se faz necessário que os professores desenvolvam interesse em descobrir estratégias de ensino que favoreçam as potencialidades do aluno com deficiência, transtornos e dificuldades de aprendizagem.

Os pontos levantados pelas pesquisadoras em seus trabalhos de pós-graduação foram apontados após acompanharem práticas de sucesso. Por esse motivo é importante que eles sejam levados em consideração ao realizar o planejamento de programas de formação continuada de professores, para que esses cursos possam ser executados e para que os cursistas possam ter práticas bem sucedidas. Como apontado por Saviani (2001) a escola tem o papel de socializar os conhecimentos socialmente produzidos pelos homens, cabe a toda a comunidade escolar ter essa participação ativa na socialização de conhecimentos no ambiente escolar.

Luiz (2022) menciona que durante as formações que são apresentadas é importante evidenciar que existe uma coparticipação, deixando evidente que cada um pode evoluir e aprender por meio do compartilhamento de saberes com o outro. Além disso, ele sugere que seja realizado um trabalho com os docentes com mais ênfase nas ações que podem ser realizadas a partir das práticas de letramento abordadas, dessa maneira os assuntos e gêneros que são discutidos durante os cursos de formação continuada sejam mais explorados e aprofundados.

Almeida (2007) contribui enfatizando que pela repercussão no desenvolvimento profissional das alfabetizadoras e da escola é necessário que exista um maior investimento em formações continuadas. Além disso, ela destaca uma série de conquistas observadas em sua pesquisa que podem auxiliar no desenvolvimento da formação continuada de professores em todos os lugares.

Em relação ao trabalho dos professores ela sugere que existe uma ampliação do tempo a “pensar o trabalho” da escola, alteração na forma de aproveitamento das

horas-atividade, integração do trabalho entre disciplinas e séries, desenvolvimento da postura de avaliação do trabalho docente individual e coletivo e identificação das necessidades de conhecimento do grupo, destinação de tempo de estudos coletivos planejados e sistemáticos, entre outras conquistas.

Após analisar as contribuições que as autoras observaram em suas pesquisas, pode-se destacar que ainda existem muitos pontos que devem ser considerados para se obter um curso de formação continuada efetivo, é necessário que todas as partes envolvidas nesses projetos estejam de fato comprometidas com o objetivo principal da formação. Também é necessário que aqueles que estão em formação possam entender que a contribuição individual de cada um também é indispensável para uma formação de êxito, além disso os docentes devem levar em consideração que por mais que o momento de formação seja um local para troca de experiências e de reflexões esse não deve ser o único momento, e essas trocas devem ir para além do período do curso. Por fim, também vemos a partir das contribuições das pesquisadoras a necessidade de comprometimento do governo, para que essas políticas públicas de formação continuada de professores possam se desenvolver da melhor maneira, responsável pelo repasse de recursos e pela garantia dos materiais, formadores e tempo de formação.

5 Conclusão

Essa pesquisa de caráter bibliográfica teve como objetivo refletir sobre o impacto das políticas públicas de formação continuada na rotina do professor alfabetizador, a princípio foi destacado os políticas públicas nacionais voltadas para formação continuada de professores que foram implantadas desde o final do século XX até os dias atuais, dessa forma, encontraram-se nove políticas públicas, em um período de 24 anos com nove políticas públicas destinadas à formação continuada de professores reflete em uma média de um programa de formação para cada 2,6 anos.

Pode parecer uma frequência alta para que esses programas sejam implementados, porém, ao analisar o histórico e o contexto dos lançamentos desses programas nos deparamos com uma série de semelhantes, e características que mostram que embora tenha se passado 24 anos desde a primeira política pública analisada, todas ainda carregam formatos parecidos. Com o objetivo principal de romper com o analfabetismo do país as políticas seguem o mesmo modelo, a maioria é realizada na modalidade semipresencial e possui material didático e o distribui para que ele funcione como consulta para os docentes. Essas formações seguem a linha de formação em serviço e carregam consigo matrizes teóricas da abordagem construtivista. Nas descrições das formações eles apresentam a formação continuada como essencial para que os professores possam refletir sobre suas práticas pedagógicas e ter trocas com seus pares além de relatar de sempre relatar a importância de estender essas reflexões para todos os corredores da unidade escolar, para que seja possível envolver todos que participam direta ou indiretamente do processo de ensino dos alunos.

Diante do histórico de formação continuada de professores alfabetizadores, foi possível perceber que embora apareça uma série de programas dispostos a ter como finalidade o extermínio do analfabetismo do país essas políticas têm uma proximidade muito grande, deixando a entender que seu lançamento está na verdade reciclando as ideias que já estão em prática. Outro ponto que é interessante destacar em relação às implementações das políticas públicas de formação continuada de professores alfabetizadores é que na maioria das vezes o seu lançamento estava interligado ao resultado de avaliações presentes no país, acho válido destacar sobre como as formações continuadas têm se moldado para que as avaliações alcance um melhor resultado.

Ademais, pensando nas formações continuadas que estiveram em execução nesse período, e sobre como elas tinham estruturas semelhantes e que na maioria das vezes eles não tinham continuidade, é interessante mencionar que outra maneira de se ter efetividade nos cursos de formação continuada seria organizá-los para que um complemente o outro, que o mesmo fio condutor que começa no ensino superior e continua nos cursos de formação continuada passa por eles e que a cada formação esse fio se aumente complementando aquilo que já foi visto anteriormente.

Para além dos cursos de formação continuada que geralmente tem um período extenso de duração, seria imprescindível que também ocorresse ações formativas no decorrer do ano letivo como complemento das formações que já acontecem. As ações formativas podem ter temas pontuais decididos a partir da demanda que vem ocorrendo dentro das instituições escolares, oferecendo a oportunidade de gerar discussões e proporcionar encontros que não teriam um longo período de duração e que colaborariam com os desafios encontrados no dia-a-dia.

A respeito de como a formação de professores é mencionada nos documentos educacionais, pode-se perceber que de fato os documentos apresentam muitos elementos que pensam a respeito da formação do professor, não só pensando na individualidade do docente, mas pensando também na individualidade de cada aluno, em seu contexto social e em toda a diversidade e heterogeneidade que o país apresenta, é descrito no documento em diversos tópicos orientações com a finalidade de auxiliar o docente com suas práticas pedagógicas e a pensar em situações fora da sala de aula, deixando evidente a pluralidade que cada profissional da educação deve carregar para que a construção do conhecimento dos alunos possa acontecer de maneira efetiva.

Porém, é importante levantar o questionamento sobre como os decretos e orientações descritos nos documentos educacionais nacionais estão sendo seguidos no dia-a-dia, pensando que para que as situações sejam colocadas em prática é necessário que exista uma parceria com todos aqueles envolvidos no processo de alfabetização dos alunos, penso que seria considerável acontecesse uma supervisão em cima das atribuições dispostas nos documentos educacionais.

Ademais, nessa pesquisa também foi possível analisar as contribuições que os trabalhos de pós-graduação trazem em relação às políticas públicas de formação continuada de professores alfabetizadores, que teve uma ênfase na importância do

comprometimento daqueles que estão envolvidos na alfabetização e formação do indivíduo.

Por fim, ao final desse trabalho pude considerar que de fato é imprescindível que após sua formação inicial os professores tenham a oportunidade de participar de cursos de formação continuada para refletir suas práticas e se manter sempre atualizado em razão das práticas pedagógicas, porém, embora ocorra o desenvolvimento de políticas educacionais que tenham como finalidade a formação continuada dos professores alfabetizadores, enquanto o foco continuar sendo alcançar metas e aumentar índices o principal objetivo da vida de um professor alfabetizador, que é dar o direito da alfabetização a um aluno, colaborando para sua construção do conhecimento e lutar para uma educação emancipatória, estará longe de ser alcançado.

6 Referências

ALMEIDA, Benedita de. **A escrita na formação continuada de professoras alfabetizadoras:** práticas de autoria. 2007. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05102007-155154/publico/TeseBeneditadeAlmeida.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BAHIA, Saulo José Casali. **A educação escolar no Brasil:** aspectos históricos e sociais. São Paulo: Ática, 1995.

BARCELOS, Ana Regina Ferreira de. **Formação continuada de educadores:** reflexões no cotidiano de uma escola pública. 2000. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78803/171410.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da Pesquisa Bibliográfica Na Área Odontológica e o Artigo Científico Como Forma de Comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo, v. -, n. -, p. 265-274, set. 2006. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019.** Institui o Plano Nacional de Alfabetização. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 abr. 2019. Seção 1, p. 1. Disponível em: [Base Legislação da Presidência da República - Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019 \(presidencia.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2019/009/Decreto9765.htm). Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.** Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jun. 2023. Seção 1. Disponível em: [D11556 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2023/011/Decreto11556.htm). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispendo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://www.camara.gov.br/legislacao/leis/13005). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Formação de Professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: [Pacto](https://www.mec.gov.br/pacto)

Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Ministério da Educação (mec.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: Matemática (mec.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Cartilha do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília: MEC/SEB, 2023. Disponível em: cartilha.pdf (www.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2013. Disponível em: index.php (mec.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: BNCC EI EF 110518 versaofinal site.pdf (mec.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: index.php (mec.gov.br). Acesso em: 02 dez 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pró-Letramento**. Guia Geral. Brasília: DF, 2007b. Disponível em: GUIA (mec.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Tempo de Aprender**. Disponível em: https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília: MEC/SEB, 2003. Disponível em: brasil_alfabetizado - Ministério da Educação (mec.gov.br). Acesso em 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Mais Alfabetização**. Guia para alfabetizadores. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: file (mec.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa de Apoio a Leitura e Escrita - PRALER**. Guia Geral. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em: Guia.cdr (mec.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR I**. Guia Geral. Brasília: MEC/SEB, 2007. Disponível em: Sem título-1 (mec.gov.br). Acesso em: 02 dez. 2023.

BRISOLA, Mirian Margarete Pereira. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: formação de professores alfabetizadores no âmbito da UEPG. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa,

2021. Disponível em: [Mirian Margarete Pereira Brisola.pdf \(uepg.br\)](#). Acesso em: 01 dez. 2023.

BUFFON, Elciana. **A formação continuada de professores e o trabalho pedagógico**. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12386/DIS_PPGEF_2017_BUFFON_ELCIANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 dez. 2023.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). **Práticas de Leitura e Escrita**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar: Um Diálogo entre a Teoria e a Prática**. 5. Ed. Rio de Janeiro Vozes, 2008.

CHIMENTÃO, T. F. **Formação continuada do professor: uma perspectiva para a mudança**. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: [<\(Microsoft Word - 6 O SIGNIFICADO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO DOCENTE.doc\) \(uel.br\)>](#) Acesso em: 01 dez. 2023.

CORDEIRO, Edna Maria. **Formação contínua e prática docente reflexiva: uma análise do programa de formação de professores alfabetizadores**. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2006) - Universidade Estadual do Ceará, 2006. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=60033> Acesso em: 01 de dez. de 2023.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/863>. Acesso em 03 dez. 2023

DUQUE, Aline Diniz de Amorim. **O trabalho da coordenação pedagógica no processo de inserção de professores iniciantes na docência**. 2022. 184 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/5967.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

FELIX, Carla Fernanda Figueiredo. **O MOVIMENTO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA “PNAIC”: do documento oficial aos professores alfabetizadores**. 2020. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/13379/vers%C3%A3o_final.pdf?sequence=1. Acesso em: 29 nov. 2023.

FIGUEREDO, Angela Maria da Silva. **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: COMO APRENDE O PROFESSOR?**. 2011. 334 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo,

São Bernardo do Campo, 2011. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/965>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: [Anexo C1 como elaborar projeto de pesquisa - antonio carlos gil.pdf \(ufg.br\)](#). Acesso em 28 nov. 2023.

Governo do Estado de São Paulo. **Educação**: Programa Letra e Vida da Educação amplia universo cultural dos educadores. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/educacao-programa-letra-e-vida-da-educacao-amplia-universo-cultural-dos-educadores-1/#:~:text=O%20programa%20%C3%A9%20destinado%20a,metodologia%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores..> Acesso em: 07 de fev. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Alfabetiza Brasil**. Disponível em: <[Alfabetiza Brasil — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#)>. Acesso em: 21 nov. 2023.

LANA, Raquel Martins et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública [online]**. v. 36, n. 3, e00019620. Disponível em: [SciELO - Saúde Pública - Emergência do novo coronavírus \(SARS-CoV-2\) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva Emergência do novo coronavírus \(SARS-CoV-2\) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva \(scielosp.org\)](#). Acesso em: 23 dez. 2023.

LEME, Alessandro Andre. **A formação continuada de professores**: uma análise de políticas públicas para a educação básica no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2015. Disponível em: scielo.br/j/se/a/pv35PPNjc3qp8BpPjVbzQ4L/?format=pdf. Acesso em: 23 dez. 2023.

LUIZ, Simone Weide. **Formação continuada de professores alfabetizadores**: um processo de coconstrução entre universidade e escola. 2022. 167 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022. Disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/11374/Simone%20Weide%20Luiz_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 dez. 2023.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. E-book.

MARTINS, Laiana Abdala. **Continuidade da formação na formação continuada**: um estudo sobre programas federais no campo da alfabetização. 2017. 148 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186593/PLLG0708-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MARTINS, Maria Aparecida Sanches. **FORMAÇÃO CONTINUADA: POR QUE OS PROFESSORES NÃO LÊEM?**. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008. Disponível em: <(Microsoft Word - disserta\347\343o para encadernar.doc) (metodista.br)> Acesso em: 01 dez. 2023.

MICOSSI, Milena Marques. **Formação continuada: vivências de professoras alfabetizadoras**. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/21545>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MIGUITA, Shizuko. **Os impactos da formação continuada na prática docente**. 2006. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/838/1/Shizuko%20Miguita.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Ministério da Educação (MEC). **Caderno PNA - Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa: Práticas que dão certo**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/CADERNO_PNA_FINAL.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

OLIVEIRA, Milene Kinlliane Silva De. **Formação Contínua De Professores Alfabetizadores No Cotidiano Escolar**. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2014) - Universidade Estadual do Ceará, , 2014. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=85060>> Acesso em: 01 dez. 2023.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio Paulo Ferreira de. **Projeto de pesquisa – o que é? como fazer?**: um guia para sua elaboração. São Paulo: Olho d'Água, 2005. Disponível em: [Projeto de Pesquisa O que como fazer 16689752131037 4191.pdf \(udesc.br\)](#). Acesso em: 01 dez. 2023.

PETERS, B. G. (1986). **Política pública americana**. Tradução de Maria Tereza Sadek. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

RIGOLON, Walkiria de Oliveira. **Formação continuada de professores alfabetizadores**. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <[Formação de professores alfabetizadores \(pucsp.br\)](#)> Acesso em: 01 dez. 2023.

SALVAGNI, Isandra. **Formação docente continuada e práticas educativas**. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Niversidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90261/243852.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SANTIAGO, Reila Garcia. **Avaliação da aprendizagem na formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental I**. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1168>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SILVA, Vivian Massullo. **Tertúlia Dialógica Pedagógica: formação permanente do professorado com base em evidências científicas**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17694>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SILVÉRIO, Merielle Angélica Martines. **A Constituição de Saberes Experienciais da Docência no Contexto De Políticas Públicas Educacionais**. 2022. 116 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/7602fce8-bf6d-4c31-813e-f12534d99feb/content>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SOARES, M. (2012, 28 abr.). **Políticas públicas de formação de professores**. Palestra proferida no Instituto Ayrton Senna, São Paulo, SP. p. 2.

TANCREDI, Regina Puccinelli. **Aprendizagem da docência e profissionalização: elementos de uma reflexão**. São Carlos: Edufscar, 2009. Disponível em: Pe_Regina_AprendizagemDocencia.pdf (ufscar.br)>. Acesso em: 22 nov. 2023.

VAL, Maria da Graça Costa. **O que é ser alfabetizado e letrado?** 2004.

World Education Forum. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. 1ª ed. Dakar, Senegal: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330730/2000_declaracaosobreeducao-paratodosocompromissodedakar.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

ZANELLA, Andreia Migon. **A política nacional de formação continuada de professores da educação básica - 2004 - 2020**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2022. Disponível em: <Andreia Migon Zanella.pdf> (uepg.br). Acesso em: 01 dez. 2023.